



SABERES GEOGRÁFICOS E GEOPOLÍTICOS E SUAS EXPRESSÕES NA REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Gabriel Grazzini Gabriel²

Luciene Cristina Risso³

Paulo Cirino Mourão⁴

RESUMO

Esse trabalho se constitui em uma exposição de dados, resultados de um levantamento teórico e empírico que embasaram a construção de um projeto de doutorado. Nesse projeto o tema é a circulação e a execução de saberes geográficos e geopolíticos na rede paulista de educação básica. Para isso seguimos o materialismo histórico e dialético desdobrado na pesquisa participante como referencial teórico metodológico. Os resultados aqui expostos são preliminares, mas destacam-se por suas nítidas e lastimáveis características negativas, das quais destacamos a possível redução na equidade de oferta educacional pela rede paulista de educação básica e o contínuo aprofundamento de políticas de cunho neoliberal para a resolução de problemas que já não foram resolvidos com políticas de cunho neoliberal anteriormente.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Saberes Geográficos e Geopolíticos, Rede Paulista de Educação Básica.

RESUMEN

Este trabajo es una exposición de datos, resultado de un relevamiento teórico y empírico que apoyó la construcción de un proyecto de doctorado. En este proyecto, el tema es la circulación e implementación del conocimiento geográfico y geopolítico en la red de educación básica de São Paulo. Para ello, seguimos el materialismo histórico y dialéctico desplegado en la investigación participante como marco teórico metodológico. Los resultados aquí presentados son preliminares, pero destacan por sus claras y lamentables características negativas, de las cuales destacamos la posible reducción de la equidad de la oferta educativa por parte de la red de educación básica paulista y la continua profundización de las políticas neoliberales para resolver problemas que han tenido. no se ha resuelto antes con las políticas neoliberales.

Palabras clave: Neoliberalismo, conocimiento geográfico y geopolítico, Red de Educación Básica de São Paulo.

¹ Esse texto é fruto de projeto de pesquisa de doutorado do autor Gabriel.

² Doutorando do Curso de pós graduação em Geografia da UNESP- Rio Claro, gabrielgrazzini@yahoo.com.br.

³ Docente do curso de pós graduação em Geografia da UNESP- Rio Claro, luciene.risso@unesp.br.

⁴ Docente do curso de Geografia na UNESP-Ourinhos, paulo.fc.mourao@unesp.br.



INTRODUÇÃO

Na disputa pela configuração geopolítica mundial, o neoliberalismo é uma pseudo saída para as crises. Como esse modelo político-econômico é hegemônico na sociedade contemporânea, atinge a totalidade da vida social, inclusive no tocante a formação cognoscente dos indivíduos e classes. Nesse sentido a realização de políticas públicas neoliberais penetra na totalidade da vida dos indivíduos constituindo a realidade com a qual eles têm contato.

Para justificarmos nossa pesquisa é válido mencionar que a dinâmica espacial da sociedade atinge as escolas como um todo. E, além desse efeito macro, é possível de ser observado um espectro escalar de influências espaciais na escola. Abrangem desde sua posição e função no espaço urbano ou rural, passando pelo perfil da comunidade escolar e suas classes sociais, também pelo perfil do município, do estado em questão e suas posições hierárquicas e chegando ao modelo organizacional que orienta a escola e muitas vezes até suas concepções pedagógicas.

São variadas as problemáticas que envolvem a disputa espacial mencionada e suas formas de entendimento, assim, no sentido de investigar essa problemática formulamos a hipótese inicial de que a espacialidade de fenômenos políticos e geopolíticos se manifesta nas escolas, ao mesmo tempo, em que a Geografia, multiplamente determinada, que se realiza nas escolas, pode contribuir com o entendimento de como o contexto espacial do aluno e da escola, interferem na sua formação política e geopolítica.

O objetivo geral dessa pesquisa é averiguar a espacialidade de fenômenos políticos e geopolíticos que se manifestam nas escolas juntamente do entendimento acerca da múltipla determinação sofrida pela Geografia nas escolas que a incumbe do entendimento de como o contexto espacial do aluno e da escola interferem na sua formação política e geopolítica.

Adotamos o materialismo histórico e dialético como método que ampara a pesquisa, se desdobrando em pesquisa participante como metodologia que permitirá formar consensos em torno de necessidades e caminhos pertinentes as realidades socioeducacionais abordadas na pesquisa. E, portanto, permitir que se chegue a resultados verossímeis em termos da multiplicidade de sujeitos envolvidos na pesquisa.



Nesse sentido é possível colocar como síntese conclusiva desse trabalho, desenvolvido parcialmente até o momento dessa escrita, a suprema importância das discussões acadêmicas e não acadêmicas acerca dos saberes geográficos e geopolíticos, mas acima disso, de suas aplicabilidades.

METODOLOGIA

Contemplamos como constituintes do método e da metodologia a postura filosófica, o método de abordagem e o método de análise (metodologia). O materialismo-histórico-dialético para Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2004), comporta a utilização concomitante do que chamam de *métodos específicos das Ciências Sociais*. Em decorrência disso utilizaremos concomitantemente ao materialismo-histórico-dialético, o método qualitativo.

Conceitos, categorias e leis gerais compõem o método científico. Para Haesbaerth (2014) os conceitos são múltiplos no sentido interno e externo, flexíveis em torno de seu foco, abertos e podem ser sobrepostos, além de terem de formar um sistema mais amplo. Na Geografia o espaço é uma categoria central. Para ele categorias e conceitos podem ser de três tipos indissociáveis: analíticas, da prática e normativas. E constituem instrumentos utilizados pelo pesquisador no processo de investigação.

Os conceitos e categorias utilizados nessa pesquisa serão sempre entrelaçados as dimensões multiescalares dos fenômenos observados. Assim faremos um extenso levantamento bibliográfico e uma revisão dessa literatura, procurando subsídios para investigar a hipótese já apresentada. Nesse sentido recorreremos a categorias analíticas de práticas espaciais, pensamento espacial e mediação. Todas elas em seus vínculos dialéticos totalizantes podem ocorrer no âmbito dos indivíduos, grupos, ou classes deles, e até de corporações.

A mediação é uma categoria vista de forma bem ampla pela dialética. Para Vygotsky (2005), no processo de internalização de conceitos existe a mediação- o processo, pelo qual, agentes (uma colher para um bebê, por exemplo) situados entre a realidade concreta e seu entendimento possível objetivam suas influências. Ainda sob ótica dialética essa categoria pode assumir a postura de travessia na unidade e luta dos contrários. Interessante é o fato de que a mediação pode assumir diversas formas e funções adicionais.



Pensando o espaço como elemento de mediação é possível fazer uma série de distinções entre essas formas e funções assumidas pelos agentes mediadores humanos e naturais. É a prática do espaço que dá o tom assumido pela situação social em questão. Logo, no intuito de estabelecer uma categoria analítica que de conta de verificar a realidade espacial na sua multiplicidade de determinações, condicionamentos e mediações, trabalharemos com as práticas espaciais. Entendida aqui como síntese das noções de práticas espaciais contidas em Cavalcanti (2011), Couto (2010), Lefebvre (2000), Souza (2013), Corrêa (1992) e Becker (2012).

Apesar de algumas divergências entre os autores, que precisam ser explicitados na tese final, aqui sintetizamos essas noções em: práticas sociais em seus vínculos espaciais. São executadas por diferentes atores (ou grupos de) como indivíduos, classes ou corporações, nas mais variadas escalas como a local, a regional e a global. Com essa categoria buscamos bases para refletir sobre os diferentes significados e representações assumidas por diferentes sujeitos (ou grupos) a partir dos mesmos recortes espaciais. Assim, nesses recortes, são possíveis práticas variadas, atreladas as correlações de poder, e a pensamentos espaciais.

Pensamento espacial vem sendo tratado no âmbito da Geografia escolar em uma apropriação de sua abordagem multidisciplinar e mais ligada as Geociências. Essas apropriações não ocorrem sem justas críticas a sua superficialidade enquanto um possível desenvolvimento escolar e científico do conhecimento geográfico (STRAFORINI, 2018) (DA SILVA, ASCENÇÃO E VALADÃO 2018). Concordamos que localização, distância e direção, em si, ou associados, são elementos incompletos para se elaborar um raciocínio, ou, pensamento geográfico.

Nessa pesquisa evocamos o pensamento espacial sob outro status, em seu sentido amplo. Como esfera abstrata, cognitiva, da localização, distância e direção em sua socialidade espacial. Fazemos isso a partir da noção de *práxis*, de Kosik (1976), como indissociabilidade entre prática e teoria, mesmo em suas formas fetichizadas. Por isso preferimos usar o termo no plural: pensamentos espaciais. Por exemplo, dentro dessa terminologia, é possível pensar as Ideologias geográficas de Moraes (2005) e a circulação linguística ideológica espacial (GABRIEL, 2019) como partes dos pensamentos espaciais, sem desconsiderar as especificidades desses processos.

Para nós o professor de Geografia deve partir dos aspectos comuns a determinado pensamento espacial para fazê-lo alcançar o estado de raciocínio geográfico, ou,



pensamento geográfico. Só o desenvolvimento científico do pensamento espacial o pode fazer atingir o nível de conhecimento geográfico científico. Esse desenvolvimento do pensamento espacial é pertinente as relações existentes entre determinado pensamento espacial e determinada prática espacial. Assim, todo pensamento e toda prática, principalmente em sua sociabilidade, podem ser contemplados do ponto de vista espacial.

Nesse sentido foi eleito o tema “Soberania Alimentar” como coadunante, de intensa circulação social de saberes geográficos e geopolíticos. Assim, seguem os procedimentos referenciados nos objetivos:

1. A averiguação da relevância das aulas de Geografia na formação geopolítica do aluno será realizada por meio de entrevistas e questionários. Esperamos observar uma baixa relevância das aulas de Geografia na formação geopolítica dos alunos.
2. A averiguação da relevância das mídias na formação geopolítica dos alunos dar-se-á por meio de entrevistas. Se espera observar uma alta relevância das mídias na formação geopolítica dos alunos. Nas entrevistas serão observados os pontos de encontro e distanciamentos entre a opinião dos estudantes e as narrativas midiáticas acerca de fenômenos geopolíticos que podem envolver a temática soberania alimentar.
3. A identificação do papel e da relevância dos saberes docentes geográficos e geopolíticos na formação dos alunos ocorrerá por meio de entrevistas e aplicação de questionários com alunos e professores.
4. A relevância do contexto espacial e geopolítico, no ensino-aprendizagem que ocorre nas aulas de Geografia, será identificada por meio de interpretações acerca do conteúdo de Geografia como possível interface abstrata entre os saberes docentes e os saberes dissentes, além de campo abstrato-concreto de entendimento da realidade que quando internalizado pelo sujeito é capaz de explicá-la e de possibilitar intervenções nela.
5. A análise do contexto espacial e geopolítico em que a escola está inserida será realizada, além de pôr pesquisa empírica e bibliográfica de cunho teórico, por meio de consultas e interpretações a documentos. Dentre eles: o Diário Oficial do Estado, comunicações da SEE, Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda (2010); Retomando o Caminho para a Inclusão o Crescimento e a Sustentabilidade (2016) e Um ajuste justo –



Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (2017). Serão buscados documentos que identifiquem o modelo político administrativo instalado nas escolas, identifiquem as relações institucionais (políticas e econômico-financeiras) com demais corporações de Estado e setores privados, além de permitir a análise das políticas públicas educacionais no estado de São Paulo no início do século XXI.

No sentido de estabelecermos um guia para a temática que será analisada decidimos trabalhar, dentro da Área de Ciências Humanas e Sociais, além das habilidades de cunho explicitamente geopolítico como (EM13CHS603) (EM13CHS604) (EM13CHS606), as habilidades que se arvoram ao tema “Soberania Alimentar” pelos seus fortes vínculos com saberes geográficos e geopolíticos: (EM13CHS102) (EM13CHS103)OBJETO (EM13CHS105) (EM13CHS201) (EM13CHS202) (EM13CHS203) (EM13CHS204) (EM13CHS303) (EM13CHS501) (EM13CHS502) (EM13CHS504) (EM13CHS601) (EM13CHS605) (EM13CHS302) (EM13CHS306) (EM13CHS401) (EM13CHS402) (EM13CHS403)

Além das habilidades da Área de Ciências Humanas e da Natureza que estão dentro da formação geral básica, temos àquelas por áreas do conhecimento para os itinerários formativos e as habilidades relacionadas às competências gerais também para os itinerários formativos. Nesse sentido, as habilidades vinculadas às competências gerais/eixo estruturante se associam a saberes geográficos. Por exemplo, dentro do eixo investigação científica que ocorre principalmente pelo diálogo com as metodologias geográficas de busca pelo conhecimento científico também pelos conceitos não exclusivos, porém comuns a essa disciplina escolar, como: sustentabilidade, democracia, justiça social, pluralidade e solidariedade, entre outros. Já nos eixos, processos criativos e empreendedorismo, a nitidez da associação é reduzida, mas não anulada.

Como não poderia deixar de ser, os pressupostos metodológicos, ao considerar a área de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, acabam por se relacionar com as metodologias historicamente associadas às disciplinas dentro desse campo. Sendo elas: História, Geografia e Filosofia. Essa associação, no caso da Geografia, nas metodologias também aparece na forma de conceitos como: ambiente e como “escala”, “delimitação” de um fenômeno. Vale destacar a insistência no termo “metodologias ativas” como única forma de estimular os alunos a além de compreender a realidade, a problematizar e propor ações (SÃO PAULO, 2020).



Nas habilidades específicas associadas aos eixos estruturantes, as associações com saberes geográficos são visíveis nas habilidades pertinentes a todos os eixos, porém, os saberes geográficos aparecem acentuadamente “apenas” como questão de escala de fenômenos históricos, políticos e econômicos novamente (SÃO PAULO, 2020). É nítido que as ciências humanas e sociais dialogam muito quantitativamente e qualitativamente entre si, mas o enfoque histórico, geográfico ou político, faz diferença nos elementos da realidade que vão ser revelados por meio da produção de conhecimento escolar e científico. Os questionamentos que se fazem são: será esse o uso que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo faz dos saberes geográficos e geopolíticos? Questões “meramente escalares” sem levar em consideração a sobreposição espacial e territorial? Não leva em consideração as práticas de correlações de forças políticas, sociais e econômicas?

Na ausência de respostas imediatas para essas perguntas é possível detalhar os modelos de aprofundamento curricular ofertados na rede. Desse modo se consegue contemplar a (geo)política dos itinerários formativos na rede. Ela se dá a partir da relação, disposição, seleção e conflito, entre as infraestruturas escolares, o corpo docente efetivo, o corpo estudantil e as demais classes sociais e socioeconômicas que compõem a comunidade escolar na qual a UE está envolvida.

Pensando na construção social do currículo essa flexibilidade do Currículo Paulista (2020) chama atenção pois pode voltar exatamente aonde se está hoje. Em termos de prática do currículo nas escolas, pode-se esperar até mesmo que se deprecie se pensarmos em uma possível geopolítica dos itinerários formativos na rede, apesar de a citação a seguir se referir a BNCC:

Na medida em que as práticas instituídas nas escolas são disciplinares, torna-se ainda mais difuso como poderá ser realizada a certificação de competências desses itinerários formativos e que condições serão dadas às escolas para sua realização. Desse modo, o tão enfatizado protagonismo juvenil, associado à escolha do que estudar, torna-se submetido às possibilidades de escolas e redes, algo que, para seu estabelecimento, a juventude não tem o poder de interferir diretamente (LOPES, 2019, p.67).

Por tanto, com o intuito de entender essa geopolítica serão abordadas de forma direta uma escola central e uma escola periférica da cidade de Araraquara-SP além da única escola estadual de ensino médio de Rincão-SP. Esse recorte de pesquisa se dá levando em consideração que focaremos um processo de mudança profunda que vem se instalando na rede paulista a partir da implantação do Currículo Paulista (2020), adequado



a Base Nacional Curricular Comum (2018) e a Lei 13.415/2017. Parece oportuno analisar essas mudanças do ponto de vista espacial, pois isso pode ser um caminho que leve a conhecermos o ponto de vista espacial, os saberes geopolíticos adotados pela SEE, ao mesmo tempo que podemos analisar o ponto de vista espacial, os saberes geopolíticos que circulam nos documentos oficiais e nos processos de ensino-aprendizagem pelas salas de aula da rede.

O intuito é verificar possíveis diferenciações nas práticas e nos pensamentos espaciais. Nesse sentido nos focamos na análise intraurbana. Para isso analisaremos o contexto espacial ao qual as unidades de ensino (UEs) abordadas estão submersas além de analisarmos o Currículo Paulista (2020) e os saberes geográficos e geopolíticos que circulam na escola para além do currículo, entre estudantes, servidores docentes e servidores técnico-administrativos. Será abordada a diretoria de ensino (DE)⁵ de Araraquara-SP.

No levantamento preliminar a DE Araraquara foi escolhida por sua cidade sede possuir estrutura espacial bastante espalhada (FALKOSKI; PIERINI, 2019) e o seu PIB revelar uma estrutura produtiva enquadrada nos padrões paulistas: 2,5% agricultura, 18,86% indústria, 66,4% comércio e serviços e 12,13 % administrativo (IBGE, 2010).

Dessa forma os sujeitos (professores, estudantes, responsáveis e demais membros da comunidade escolar) abordados representarão amplo espectro dentro das classes trabalhadoras analisadas. A inspiração aqui vem de Venco (2019). Em seu estudo, ao analisar a carreira docente na rede paulista, em escolas de algumas cidades diferentes, observou a existência de três grupos ideológicos. Eles se misturam, mas também revelam hegemonia de padrões de idade, formas de contratação e experiência na profissão: 1- Aqueles em vias da desistência (críticos conformados); 2- Aqueles que defendem a escola pública (mais críticos as condições atuais da rede) e; 3- Aqueles que acreditam “ser” a escola (menos críticos as condições atuais da rede).

Para analisar e refletir sobre as realidades espaciais das escolas abordadas recorrer-se-á metodologias também inspiradas por Giroto (2017), (2018), como o cruzamento de dados escolares, ou não, pertinentes a um mesmo recorte espacial. Buscar-se-á caracterizar os saberes geográficos e geopolíticos. Os sujeitos envolvidos na pesquisa serão todos os professores de cada sala abordada e uma amostragem dos professores de

⁵ As diretorias de ensino são recortes administrativos regionais com suas nomenclaturas e áreas de abrangência definidas pelo Decreto nº43.948/99.



Geografia da DE abordada, além de estudantes do ensino médio de cada UE envolvida.

Assim, adotamos a pesquisa participante que parte da perspectiva de integração entre as necessidades de um grupo social e de uma investigação científica, com propósitos transformadores locais e específicos, mas também totalizantes no que tange a estrutura social (BRANDÃO, 2007). Elo que não se pode concretizar, nesse caso, sem a presença e integração de cientistas, professores, estudantes, responsáveis e demais membros da comunidade escolar. Por buscar consenso e não pseudo-neutralidade a pesquisa participante será eficiente para o levantamento de saberes geográficos e geopolíticos que precisam ser evidenciados de acordo com os contextos espaciais escolares envolvidos na pesquisa.

Toda a reflexão espacial elaborada na tese, desde que se revele pertinente, será acompanhada de cartografia. Nesse sentido os trabalhos cartográficos abrangerão as espacializações das escolas abordadas, de acordo com os municípios em que se localizam. Contemplando a dinâmica interna e a inserção hierárquica regional desses municípios. Além de expressões e representações (levantadas na aplicação de questionários, nas entrevistas, ou, por dados secundários) das práticas e dos pensamentos espaciais dos sujeitos e corporações abordados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O neoliberalismo é uma estrutura política e social que vem se instalando na sociedade em decorrência da crise e do esgotamento do modelo fordista e keynesiano de capitalismo mundial desde a década de 1970. O neoliberalismo se apoia no modelo toyotista de organização produtiva que se transpõe em verdadeiro enxugamento da máquina produtiva e ou Estatal. Avançando bastante sobre as relações de produção o mesmo permeia as relações sociais como um todo.

Ao mesmo tempo esse neoliberalismo penetra e emana do Estado que exerce papel central na financeirização. O capital especulativo flui pelo espaço e o Estado responsabiliza-se por garantir essa fluidez por meio da desregulamentação. O neoliberalismo corrói o Estado por dentro, por meio, de sua fragmentação. Assim corporações de Estado, ou, de capital privado, nacionais, ou, transnacionais vão a força exercendo as determinações territoriais do capital em busca de controle sobre o mais valor e sobre os recursos naturais espalhados de forma desigual pelo espaço.



A educação é vista no neoliberalismo também desse ponto de vista mercadológico e econômico, apenas como preparadora de mão de obra da qual as classes dominantes e dirigentes extraem o mais valor. Como os valores pagos por mão de obra no capitalismo são diferenciados, fica para a educação “mais barata” - “paga apenas por impostos” - a formação da mão de obra mais barata. Quase “mercadorias” do capitalismo já que a “mercadoria” oferecida pelas escolas seria força humana material e intelectual.

Assim, entender os mecanismos de disputa por formas de poder geopolítico, por mais fluidos que sejam, nos parece relevante. Essa fluidez dos poderes não subjuga sua concentração nas mãos das classes dominantes e dirigentes. Para manter esse poder, lhe conhecer é tão essencial quanto distorcer os conhecimentos de outrem. Limitar as condições cognitivas das classes menos abastadas é uma das condições do neoliberalismo como modelo de sociedade. Por tanto, como fizeram Souza e Juliasz (2019) refletir sobre a escola como espaço e sobre a sala de aula como território é condição essencial do entendimento da educação em suas relações com as concepções pedagógicas acerca do processo ensino-aprendizagem.

Com conteúdo que versam sobre espaço geográfico, ordem mundial, regionalizações, entre outros, a disciplina de Geografia tem papel privilegiado como conhecimento no entendimento dessas disputas geopolíticas. Por consequência, na formação que permita ao aluno contemplar esses mecanismos de disputa geopolítica e capitalista nas diferentes escalas e formas em que elas ocorrem, incluindo a local, até mesmo em sua própria cidade. Se nos basearmos em Kosik (1976) podemos dizer que os mecanismos de disputa geopolítica estão “dissolvidos” no cotidiano espacial desses alunos, e, necessitam de reflexão, de trabalho intelectual, para sua elaboração mental abstrata concreta, algo em que os conhecimentos trabalhados nas aulas de Geografia podem contribuir.

Façamos então uma leitura geográfica da rede estadual paulista de educação básica. O estado de São Paulo é o de maior Produto Interno Bruto, apesar de que sua participação proporcional no PIB nacional vem diminuindo junto da participação industrial nas finanças do estado. Insere-se na região concentrada⁶, aquela de expressão mais avançada do meio técnico-científico-informacional no país. Em uma sociedade desigual como a capitalista o é, essa desigualdade também se manifesta espacialmente.

⁶ Essa região é composta pelas Regiões Sul e Sudeste da divisão regional do IBGE. (SANTOS, 2001).



No estado em questão, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira são historicamente tidos como expressão dessa desigualdade.

Nesse sentido, também não se podem ignorar as periferias econômico-sociais que se espalham por todo o estado, especialmente em periferias das grandes cidades e em áreas rurais afastadas. Além de que, de acordo com as práticas e as representações que certos sujeitos e grupos exercem em certos espaços, um mesmo recorte espacial pode comportar ao mesmo tempo expressões socioeconômicas periféricas e centrais. É nesse ambiente histórico, econômico, político que a rede paulista de educação básica se mescla.

A rede pública paulista de educação básica conta com 190 mil docentes, 5.400 escolas autônomas e vinculadas e aproximadamente 3,5 milhões de estudantes. Distribuídas em 91 diretorias de ensino agrupadas em 15 pólos regionais. Em sua estrutura conta com seis coordenadorias (EFAPE, COPEDE, CITEM, CISE, CGRH e COFI) responsáveis pela formação profissional, pela formação do aluno, sistemas de informação e indicadores de gestão, infraestrutura e serviços, gestão de recursos humanos e administração financeira E três órgãos vinculados: Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE), Conselho Estadual de Educação (CEE) e Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo (CEAE-SP).

Ao analisar os dados do Balanço Geral do Estado⁷ para os anos de 2017 a 2019, é percebido que o total repassado a SEE-SP teve aumento aproximado de 5% e que leve acentuação ocorreu no ano de 2019. Esse movimento abrange tanto o total repassado para a educação paulista, como o total repassado pelo tesouro do Estado. O contrário simétrico ocorreu com as transferências federais que caíram de forma levemente acentuada também no ano de 2019. Esses dados mostram uma inversão na tendência apontada por Dias (2019). Porém, essa tendência não pode ser analisada sem ser levada em consideração a inflação acumulada nesses anos: em 2017, 2,95%, em 2018, 3,75% e em 2019 de 4,31%⁸.

A questão orçamentária é uma parte de toda estrutura neoliberal que vem sendo instalada no estado. Cury (2015), abordando as políticas públicas educacionais de um ponto de vista geográfico, coloca que as intenções e as visões de mundo dos governos em exercício são colocadas em prática na formulação e execução das políticas públicas. O Brasil carrega como herança histórica educacional a concentração de oferta de educação

⁷ Esse balanços poder encontrados no site <https://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/demonstrativo-dos-ultimos-exercicios/> acessado em: 07/07/2020.

⁸ Disponível em <https://www.dicionariofinanceiro.com/ipca/>, acessado em 13/07/2020.



de qualidade por um lado. E por outro, a fomentação da rede privada, com especificidades, mas, atingindo desde a educação infantil, até a superior, passando pelos níveis fundamental e médio. É na região sudeste que essa concentração é mais expressiva, mas não sem desigualdades internas.

O sindicato dos professores vem tradicionalmente atuando junto da mobilização dos professores ao longo desses anos. As pautas do sindicato são geralmente salariais e legislativas, com disputas que muitas vezes se estendem por meios judiciais. Nos anos de 2013 e 2015 ocorreram greves de docentes. No ano de 2015 a greve foi expressiva atingindo 93 dias. Na sequência, em outubro, a reorganização escolar foi anunciada e centenas de ocupações estudantis se espalharam pelas escolas do estado fazendo frear, e posteriormente mudar de forma esse avanço neoliberal sobre a educação.

Venco (2019) mostra que a precariedade é muito difusa na classe docente e isso dificulta muito o enfrentamento dessa política por parte deles. Como exemplo ele demonstra que as mobilizações de final de 2015 e início de 2016 não conseguiram atingir a precariedade que assola a educação. Uma conquista dos professores foi que a celebração de contratos temporários não fosse para 180 dias, assim, ficando em 40 dias. Quando na verdade algo que combateria essa precarização, em específico, seria a abertura de novos concursos.

Partindo dessa contextualização geográfica da rede estadual paulista de educação básica, que não é possível de ser feita sem uma leitura econômica e política, e que por isso pode ser vista como uma contextualização geopolítica, se torna possível refletir sobre quais são as condições em que se realiza o processo ensino-aprendizagem em Geografia dentro das salas de aula dessa rede. Sobre como esse contexto espacial influencia nas escolas. E, guardada as devidas proporções, essa é uma discussão possível de ser feita nas aulas de Geografia que ocorrem nessa mesma rede e que tornam curioso o efeito desse conhecimento tão concreto sobre a própria realidade por parte dos alunos, caso isso seja concretizado de forma efetiva e significativa para eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados aqui são preliminares em função de esse texto ser fruto de um projeto de pesquisa em doutorado ainda em execução. Porém é possível partirmos do quadro a seguir, que é uma síntese das políticas neoliberais aplicadas na rede paulista



de educação nas duas últimas décadas, para em seguida realizarmos algumas discussões preliminares.

Quadro I- Políticas neoliberais e seus impactos na rede paulista da SEE – 1995-2015

ANO	MEDIDAS	IMPACTOS
1995	Reorganização escolar	Fechamento de 77 escolas/8.016 classes./Deslocamentos e desligamentos de inúmeros alunos e professores.
1996	SARESP	Perda de autonomia conteudinal e avaliativa/ Instrumento de avaliação e instalação de políticas públicas para o governo.
1997	Progressão continuada	Queda na qualidade educacional./Aumento da procura por ensino particular./Queda no valor da mão-de-obra que atua e que é formada nas escolas da rede.
2001-2006	Bônus por rendimento Escolas em tempo integral	Discurso do governo solidários, empreendedor e educador./Enxugamento dos investimentos./Adesão ao trabalho voluntário./Financiamento privado./Foco nas competências leitora e escritora.
2007	Plano de metas. Recuperação da aprendizagem nos ciclos finais.	Violência nas escolas./Pressão para aprovação./Infraestrutura restrita.
2008	São Paulo faz escola IDESP	Distância real do cumprimento das metas./ Centralização metodológica e curricular./Competências e habilidades./Capital humano./Alunos e professores desmotivados./ Instrumento de avaliação e instalação de políticas públicas para o governo.
2010	Informatização via terceirização	Parceria público privado./Acesso insuficiente a computadores nas escolas.
2011-2012	Programa educação compromisso de São Paulo	Visão de negócios educativos./Novo programa de escolas integrais sem alocação de novas verbas.
2013-2015	Reorganização escolar	Parcerias público privado./ Greve salarial de professores./Ocupações estudantis contra o enxugamento dos investimentos, fechamento de escolas e consequentes deslocamentos e desligamentos de estudantes e professores..

Organizado pelo autor a partir de Cunha (2019)

Ao observarmos essa sequência de políticas neoliberais aplicadas na rede paulista de educação básica do estado de São Paulo e as consequências geralmente danosas a uma



oferta de ensino que já é bastante desigual em função do próprio estado de desigualdade profunda em que se encontra a sociedade paulista. É possível ficar surpreso com a não tentativa de mudança de pré supostos – como o próprio neoliberalismo – e sim outras mudanças que são na verdade o aprofundamento dos pré-supostos neoliberais já mencionados. Veja-se que posterior as políticas demonstradas nesse quadro temos o Currículo Paulista (2020), circunscrito a Base Nacional Curricular Comum (2018).

Não foi possível ainda tabular os dados referentes as categorias de pensamentos e práticas espaciais que estão sendo trabalhadas. Porém, frente as observações empíricas que vem sendo realizadas é possível fazermos algumas projeções. Destacamos aqui a possível queda no nível de equidade presente na oferta educacional pertinente a rede paulista de educação básica.

Acontece que com a instalação do Currículo Paulista (2020) os Itinerários Formativos vêm sendo construídos como parte do Novo Ensino Médio na rede e assim a escolha que os estudantes podem fazer encontram-se limitadas por aquilo que as escolas podem ofertar realmente levando em consideração seu corpo docente e infraestrutura. Um exemplo disso é a “calculadora”⁹ criada pela Diretoria de Ensino de Osasco que chega a um resultado de quantidades de aulas necessárias a contemplação do corpo docente efetivo da escola. Possibilitando a partir daí a homologação do ofertado pela escola pelo dirigente de ensino. Ou seja, a estrutura da escola, incluindo objetos sociais e o quadro de profissionais docentes, se sobrepõe a escolha primeira dos estudantes. O que não quer dizer também que a posição em que se encontram os docentes, tendo agora que lecionar disciplinas que envolvem seus conhecimentos e não mais as próprias disciplinas escolares mais vinculadas a área acadêmica em que se formou, seja lá muito confortável.

Por fim ressaltamos que um resultado esperado dessa pesquisa é também a elaboração de uma sequência didática nos moldes circunscritos ao projeto Nós Propomos! A ideia da sequência didática será trabalhar os saberes geográficos e geopolíticos evidenciados ao longo da tese de maneira assertiva em relação ao processo ensino-aprendizagem que envolvem tanto esses saberes em seu nível cotidiano, assim como suas passagens aos níveis escolares e científicos.

⁹Planilha criada no *Software Excel*⁹ com o nome de “calculadora” (DE OSASCO, 2021).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos aqui que as principais conclusões da pesquisa ainda não estão plenamente elaboradas, porém, a pesquisa teórica e empírica realizada até aqui demonstrou a disparidade socioespacial da rede paulista de educação básica, o que pode ser considerado uma das possíveis aplicações de saberes geográficos e geopolíticos na escala regional. A escala municipal da análise geopolítica da rede paulista de educação básica também permite evidenciar um certo direcionamento social na desigualdade que assola a rede.

Só a tabulação e o mapeamento dos dados encontrados na pesquisa serão capazes de dimensionar as desigualdades e disparidades aprofundadas ou impressas na rede a partir da aplicação das políticas neoliberais. Assim, evidencia-se a pertinência da importância dos saberes geográficos e geopolíticos na gestão, aplicação, aprofundamento e sustentação das políticas neoliberais na rede paulista de educação básica.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas**. In: CALLAI, Helena Copetti (Org.). Educação geográfica reflexão e prática. Ijuí: Unijui, 2011. P.35-56.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território**. Anuário do Instituto de Geociências, v. 15, p. 35-41, 1992.

COUTO, Marcos Antonio Campos. **Ensinar a geografia ou ensinar com a geografia? Das práticas e dos saberes espaciais à construção do conhecimento geográfico na escola**. Terra Livre, São Paulo, ano 26 v.1, n. 34, p. 109-124, jan./jun. 2010.

DA SILVA, Patrícia Assis; ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio. **Por uma construção do raciocínio geográfico para além do pensamento espacial (spatial thinking)**. 5º Colóquio Internacional da Rede Latino-americana de Investigadores de Didática de Geografia, p. 73, 2018.



GABRIEL, Gabriel Grazzini. **Espaço, Formação Humana e Guerra Híbrida: O papel da linguagem e da ideologia no impeachment de Rouseff (2016), constatações envolvendo Ourinhos-SP.** Dissertação de Mestrado - Londrina, 2019.

GIROTTO, Eduardo Donizeti et al. **Escola, geografia e desigualdade: o caso do programa de ensino integral do estado de São Paulo.** XV Colóquio internacional de Geocrítica, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000).

MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil.** 5 Ed. São Paulo:Annablume, 2005.

PIERINI, Cláudio Robert; FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. **A evolução urbana do município de Araraquara (SP): uma crítica ao espraiamento.** Revista Húmus, v. 9, n. 26, 2019.

SOUZA, J. G. **Local-Global: território, finanças e acumulação na agricultura. Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul.** 1ed. Curitiba-PR: Íthala, v. 1, p. 26-54, 2016.

Sites Consultados

NOVO ENSINO MÉDIO. **Deosasco.** Disponível em: <https://deosasco.educacao.sp.gov.br/novo-ensino-medio/>. Acesso em 20 out. 2021.